

DATA DA REUNIÃO: DOIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO, SITO NA PRAÇA 25 DE ABRIL, SANTO TIRSO. -----

PRESIDIU: A VEREADORA ENG^a ANA MARIA MOREIRA FERREIRA, POR AUSÊNCIA QUER DO PRESIDENTE DA CÂMARA, QUER DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, E POR APLICAÇÃO ANALÓGICA DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 79.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADORA ENG.^a ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.^a SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS –



PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E DEZ MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: QUINZE HORAS E TRINTA MINUTOS. -----

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES. -----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP foi feita uma declaração política sobre a análise dos dados sobre o município de Santo Tirso apresentados no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2018, a qual fica a constar da presente ata. -----

b) Também pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP foi feito um pedido de esclarecimento sobre os valores gastos pelo município com a homenagem ao IPATIMUP, na pessoa do Dr. Sobrinho Simões, nomeadamente sobre o contrato de prestação de serviços com a empresa IDIOTEQUE, Unipessoal Lda., no valor de 18 000,00€, o qual fica também a constar da presente ata. -----

REUNIÃO CMST

Período Antes da Ordem do Dia

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Na última reunião de Câmara quiseram os eleitos do PS apresentar uma declaração política baseada nos dados sobre o Município de Santo Tirso, apresentados no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2018.

Referem nessa declaração política que ***em 2017 Santo Tirso foi o 34º Município com maior volume de investimento pago, na ordem dos 9,5 milhões de euros, o que representa um crescimento de seis por cento face ao ano anterior.***

Mas, analisando mais ao pormenor esses mesmos dados, podemos apurar:

a) - No mandato 2014/2017, verificamos logo no primeiro ano que esse valor foi de 8,501 milhões de euros. Em 2015 foi de 8,588 milhões de euros de investimento pago, o que comparando com o ano de 2017 (9,427 milhões de euros) representa um crescimento de aproximadamente 1% apenas. Em 2016 esse valor foi de 3,572 milhões de euros, ou seja, uma redução de cerca de 5% em relação aos anos de 2014 e 2015;

b) - Curiosamente, nesta mesma tabela do volume de investimento pago, se compararmos o ano de 2017 (9,427 M€) com alguns anos da anterior gestão camarária, concretamente os anos de 2011 (16,717 M€), 2012 (11,514 M€) e 2013 (11,476 M€, há um quebra e uma diminuição significativa de - 7,29%, -2,09% e -2,05%.

Assim, parece-nos despropositado que os senhores EDIS Socialistas venham agora propagar que ***em 2017, Santo Tirso foi o 34º Município com um maior volume de investimento pago, na ordem dos 9,5 M€, o que representa um crescimento de 6% face ao ano anterior.***

Quando, como vimos, conferindo o mesmo quadro, o ano de 2017 comparado, por exemplo, com 2011, o Município de Santo Tirso apresenta um menor volume de investimentos pagos que chega a atingir -7,29% (2011 /16,717 M€ e 2017/9,427 M€).

Quanto ao Município de Santo Tirso ter sido o 27º no Ranking dos Municípios que mais recorreu a financiamento bancário (Municípios com maior volume de receita cobrada de Passivos Financeiros), é curioso verificar que nos primeiros 3 anos do mandato 2014/2017, quase não existe financiamento bancário, o que confirma o contraste das obras eleitoralistas em fim de mandato,

com o total marasmo nos restantes anos. Como os munícipes ficariam a ganhar com eleições todos os anos...

Já agora, não vemos Santo Tirso nos primeiros 35 **Municípios com maior diferença positiva entre amortização de empréstimos e novos empréstimos**, ao contrário de alguns Municípios vizinhos.

Observamos sim, segundo o mesmo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, Santo Tirso como **19º Município com maior diferença negativa entre amortização de empréstimos e novos empréstimos**.

O Município de Santo Tirso, não é, pois, um exemplo nacional de tão boas práticas de gestão.

Santo Tirso, 2 de novembro de 2018

Os Vereadores do PSD



REUNIÃO CMST

Período Antes da ordem do Dia

PEDIDO ESCLARECIMENTO

No passado mês de agosto a CMST celebrou um contrato de prestação de serviços com a empresa IDIOTEQUE, UNIP:LDA., no valor de 18.000,00€, para a realização de "Workshop Sucess Ful Saúde - Homenagem ao IPATIMUP na pessoa do Dr. Sobrinho Simões".

O IPATIMUP - Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto - é uma Associação Privada, sem fins lucrativos e de utilidade pública.

O Professor, Doutor Manuel Sobrinho Simões é natural de Cedofeita, Porto com família oriunda de Arouca. Médico e investigador especializado em Anatomia Patológica. É professor catedrático de anatomia patológica na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e Chefe de Serviço no Hospital Universitário de São João desde 1988.

Atualmente, é diretor do IPATIMUP.

Pois bem, nada nos move quanto ao IPATIMUP e à pessoa do Dr. Manuel Sobrinho Simões. Bem pelo contrário, reconhecemos o trabalho meritório e importante que vêm desenvolvendo. Mas também não conseguimos entender o porquê de uma homenagem da nossa Câmara Municipal ao IPATIMUP na pessoa do Dr. Sobrinho Simões e muito menos conseguimos entender o valor em causa desta mesma homenagem.

Sr. Presidente, da Câmara, gostaríamos que nos informasse:

- a) Porquê desta homenagem concreta?
- b) Não acha que os montantes em causa são inapropriados e excessivos, tendo em conta que não se trata de nenhuma Instituição do nosso concelho e muito menos de alguém com origens em terras de Santo Tirso?
- c) Qual a razão da decisão de V. Ex^a em autorizar a realização de um contrato de aquisição de serviços por ajuste direto e do montante já referido?
- d) Será que o nosso concelho não tem também Associações meritórias de tal homenagem?
- e) Será que no nosso concelho não tem pessoas ilustres a quem seria muito mais ajustado fazer este tipo de homenagem e por valores bem mais em conta?

Não podemos estar de acordo com esta sua decisão e por isso esperamos que V. Ex^a nos possa elucidar das questões agora apresentadas.

Santo Tirso, 2 de novembro de 2018

Os Vereadores do PSD



5



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

**DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE
ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA. -----**

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02 DE NOVEMBRO DE 2018 – ATA Nº 20

7

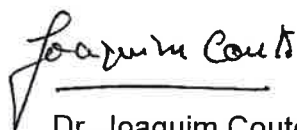


ORDEM DO DIA

- 1 - Aprovação da ata da última reunião ordinária de 18/10/2018
- 2 - Alteração Relatório Discriminativo para a partilha de bens, direitos, obrigações e universalidades entre o Município de Santo Tirso e o Município da Trofa: Ratificação
- 3 - Contratação de empréstimo de médio/longo prazo até ao montante de 2.335.545,52€, destinado ao financiamento da execução de vários projetos: Pedido de autorização à assembleia municipal
- 4 - 1ª Alteração ao Regulamento de Transportes Escolares – Aprovação
- 5 - Projeto de 1ª alteração ao Regulamento do subsídio ao arrendamento
- 6 - Projeto "Ciclismo Vai à Escola" : Protocolo de colaboração celebrado entre o município de Santo Tirso, os Agrupamentos de Escolas de Santo Tirso e outras entidades: Ratificação
- 7 - Renovação de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior para o ano letivo 2018/2019 - Aprovação da lista provisória das candidaturas
- 8 - Proposta de celebração de protocolos com os Agrupamentos de Escolas D. Afonso Henriques e de S. Martinho, para assegurar o fornecimento de lanches e a respetiva comparticipação municipal aos alunos da educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico

Santo Tirso, 29 de outubro de 2018

O Presidente,



Dr. Joaquim Couto



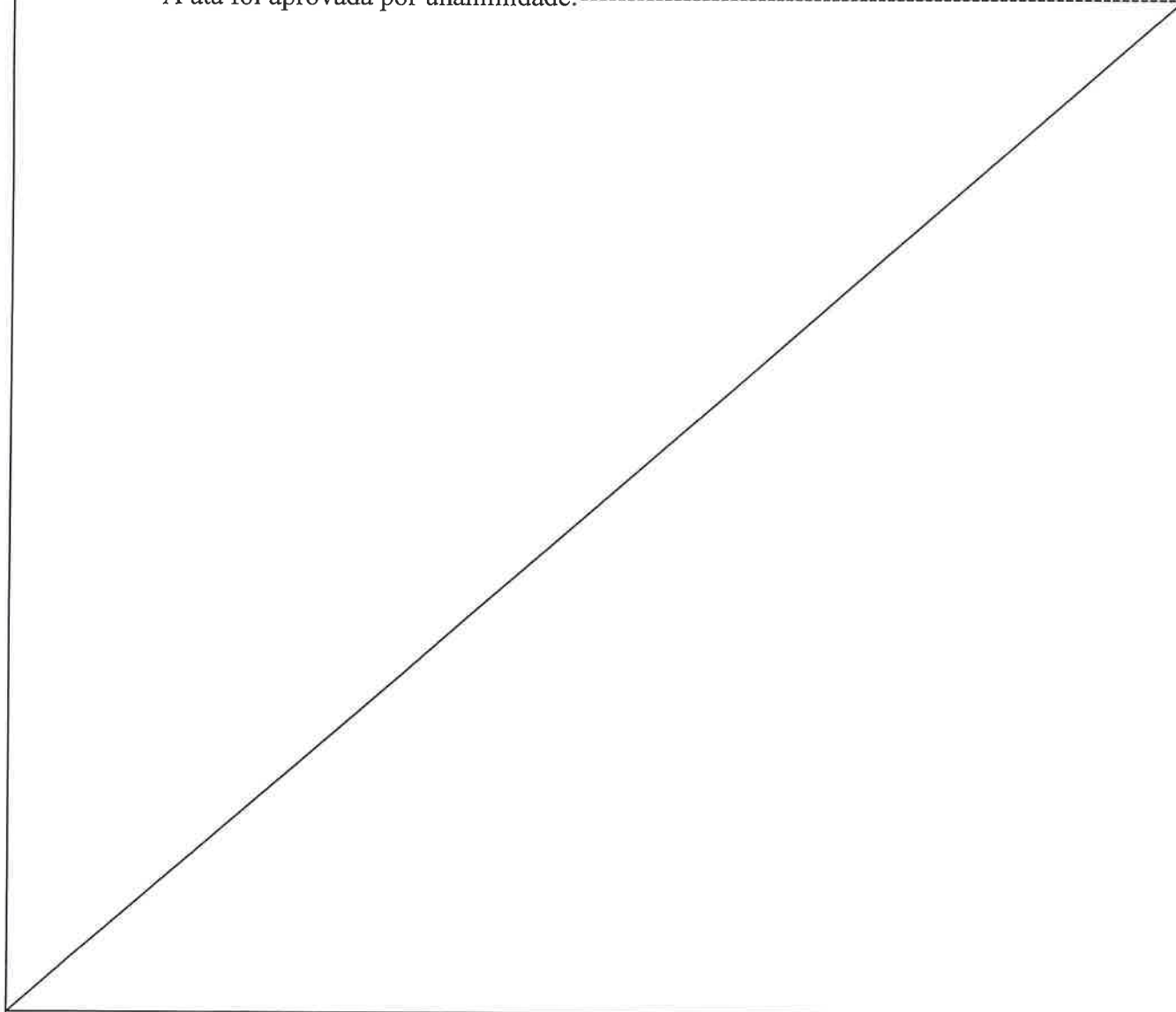
[Handwritten signature]

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18/10/2018.

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia dezoito do corrente mês de junho, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, a presidente desta reunião propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----





2. ALTERAÇÃO AO RELATÓRIO DISCRIMINATIVO PARA A PARTILHA DE BENS, DIREITOS, OBRIGAÇÕES E UNIVERSALIDADES ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O MUNICÍPIO DA TROFA: RATIFICAÇÃO. -----

Presente informação da Divisão Jurídica, de vinte e nove de outubro findo, registada com o número doze mil duzentos e dezoito, a remeter alteração ao Relatório discriminativo para a partilha de bens, direitos, obrigações e universalidades entre os municípios de Santo Tirso e da Trofa, na parte respeitante ao capítulo “IV – Transferência de Pessoal” e, consequentemente, ao capítulo “VIII – Totais e juros de mora”. -----

A decisão de alteração ao Relatório, relativamente ao que foi aprovado na reunião de câmara de dezoito de outubro findo, foi tomada ao abrigo da competência excecional prevista no n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

Quem presidiu a esta reunião, submeteu à ratificação da câmara municipal a decisão de alteração do aludido Relatório, nos capítulos acima referidos, do qual resulta que o município de Santo Tirso é credor do município da Trofa do valor global de 8.778.482,03 € (oito milhões setecentos e setenta e oito mil quatrocentos e oitenta e dois euros e três cêntimos), com juros incluídos, cujo pagamento o município de Santo Tirso já requereu ao município da Trofa através do ofício número doze mil seiscentos e um, de vinte e nove de outubro findo. -----

Anexa-se à presente ata cópia integral do aludido Relatório, com a redação resultante das alterações introduzidas, o que constitui o Anexo I da mesma, com sessenta e duas folhas. -----

Após discussão, e votação nominal, a câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar as alterações introduzidas ao aludido Relatório discriminativo para a partilha de bens, direitos, obrigações e universalidades entre os municípios de Santo Tirso e da Trofa. -----



A

ST

3. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 2.335.545,52€, DESTINADO AO FINANCIAMENTO DA EXECUÇÃO DE VÁRIOS PROJETOS: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Presente informação da Divisão Financeira, de vinte e seis de outubro findo, registada com o número doze mil e noventa e cinco, a remeter o processo de consultas efetuadas com vista à contratação do empréstimo supra mencionado, até ao limite máximo de 2.335.545,52 € (dois milhões trezentos e trinta e cinco mil quinhentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos), a celebrar pelo prazo de vinte anos, cuja decisão de contratar foi tomada por deliberação desta câmara municipal de seis de setembro último (item seis da respetiva ata), destinado ao financiamento dos investimentos constantes do documento que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha. -----

De acordo com a referida informação, o contrato de empréstimo deve ser adjudicado à instituição financeira Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Médio Ave, C.R.L., por se entender que a sua proposta é a mais vantajosa, conforme resulta da análise das propostas apresentadas por sete das nove instituições financeiras consultadas e quadro resumo das propostas, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a folha treze da mesma, nomeadamente para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 49º da Lei 73/2013, de 03 de setembro. -----

Junta-se ainda à presente ata mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município, o que constitui a folha catorze da mesma. -----

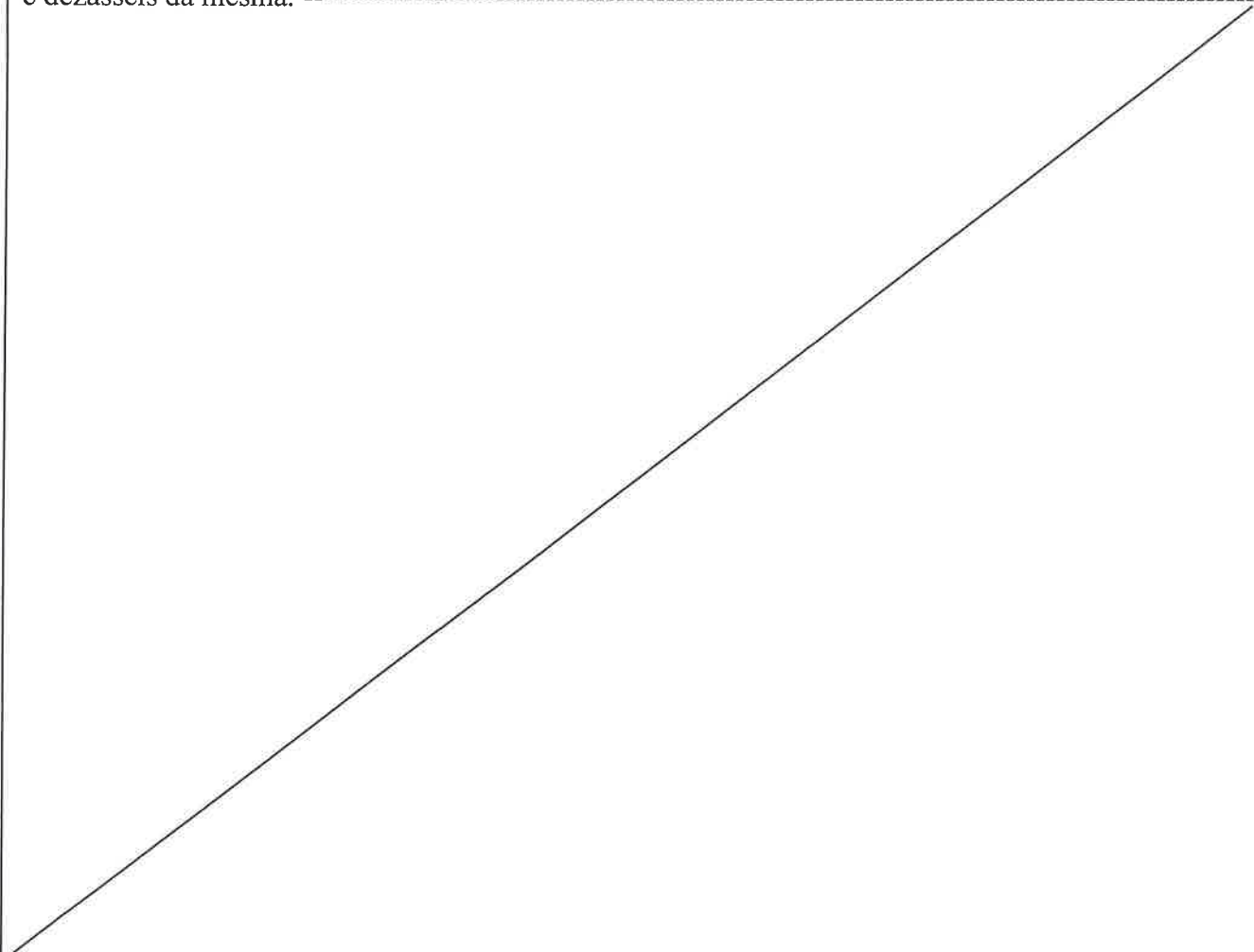
Quem presidiu a esta reunião, propôs que a câmara municipal deliberasse solicitar autorização à assembleia municipal para a contratação do referido empréstimo com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Médio Ave, C.R.L., nas condições propostas por aquela instituição financeira, conforme minuta do respetivo contrato de empréstimo do qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, composto por dezassete folhas, rubricadas pela presidente desta reunião e por quem secretariou a mesma. -----



Após discussão, e votação nominal, a câmara municipal deliberou, por unanimidade, e de harmonia com o previsto na alínea f) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, solicitar autorização à assembleia municipal para a contratação do referido empréstimo com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Médio Ave, C.R.L., nas condições propostas por esta instituição financeira. -----

Mais deliberou aprovar desde já a minuta do respetivo contrato. -----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita uma declaração de voto sobre este assunto, a qual se anexa à presente ata, o que constitui as folhas quinze e dezasseis da mesma. -----



EMPRESTIMO - 2018

Plano	Descrição	ADJUDICADO OU BASE	ORÇAMENTO MUNICIPAL	FUNDOS COMUNITÁRIOS/OE		OE	BEI		BANCA
				10%	85%		NÃO ENDIVIDAMENTO	BEI	
110	2016	Via Panorâmica e Requalificação da Rua Dr. Oliveira Salazar-Santo Tirso	1 114 781,24 €	111 478,12 €	446 265,73 €	525 018,51 €	74 295,07 €	74 295,00 €	478 284,61 €
104	2006	Parque Urbano de Geão	1 842 997,62 €	184 299,76 €	1 233 807,30 €	1 451 538,00 €	205 406,32 €	205 405,00 €	158 697,86 €
93	2016	Remodelação do Nó da Variante à EN105 de Santo Tirso - Ponte de Fradegas	1 795 615,88 €	179 561,59 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 106 054,29 €
63	2018	Obras de Urbanização da Zona Industrial da Picaria.	1 695 162,91 €	169 516,29 €	793 167,18 €	933 137,86 €	132 047,81 €	132 047,00 €	592 508,76 €
			6 448 557,65 €	644 855,77 €	2 473 240,21 €	2 909 694,36 €	411 749,20 €	411 747,00 €	2 335 545,52 €

DP

20/06/2018

EMPRÉSTIMO

Resumo Consulta Empréstimo
Montante: 2.335.545,52€

	Entidade Bancária								
	Caixa Geral de Depósitos	Banco BPI, SA	Novo Banco, SA	Caixa Económica Montepio Geral	Banco BIC -ortuguês SA	Banco Santander Totta, SA	Millenium BCP	CCAM Médio Ave CR.L	
Condições	✓	✓	✓	Não Apresentou Proposta					✓
	✓	✓	✓	Não Apresentou Proposta					✓
	✓	✓	✓	Não Apresentou Proposta					✓
	✓	✓	✓	Não Apresentou Proposta					✓
	1,08%	-	-	Não Apresentou Proposta					-
	1,08%	-	2,45%	Não Apresentou Proposta					-
	1,08%	0,791%	-	Não Apresentou Proposta					0,713%
	✓	-	-	Não Apresentou Proposta					-
	✓	-	-	Não Apresentou Proposta					✓
	✓	✓	-	Não Apresentou Proposta					-

Data: 25/10/2018



Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Município de Santo Tirso

Apuramento da Capacidade de endividamento para 2018 (artº 52º e 54º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro)

Anexo V

Apuramento do limite da "Dívida Total" a 30/09/2018		
Total receita cobrada nos 3 últimos anos		93 165 517,00 €
Receita corrente cobrada em 2015	29 662 670,00 €	
Receita corrente cobrada em 2016	30 674 169,00 €	
Receita corrente cobrada em 2017	32 828 678,00 €	
Média da receita		31 055 172,33 €
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos		46 582 758,50 €
Apuramento da Dívida Total		
Dívida total operações orçamentais do Município		25 687 043,00 €
Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total		- €
Dívida Total a 30/09/2018 excluindo operações extraorçamentais		23 409 239,00 €
Capacidade de endividamento		
Limite da dívida total da Autarquia calculado a 30/09/2018		46 582 758,50 €
Montante da dívida total em 30/09/2018 (excluindo operações extraorçamentais)		23 409 239,00 €
Margem Absoluta		23 173 519,00 €
Margem utilizável (20% - alínea b) do nº 3 do artº 52º)		4 634 704,00 €

Chefe Divisão Financeira

Alcina Oliveira (Dr.ª)

26/10/2018

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Empréstimo de 2,3 milhões de euros para financiar projetos municipais)

Fruto de uma trajetória de consolidação das contas municipais iniciada a partir de finais de 2013, o Município está em condições de recorrer a crédito bancário, no valor de 2,3 milhões de euros, para financiar alguns projetos estratégicos assumidos para com a população de Santo Tirso.

Em linha com a análise apresentada no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses relativa ao ano de 2017, o financiamento de mais 2,3 milhões de euros mostra que as contas municipais têm sido geridas com rigor e com responsabilidade.

Só o equilíbrio das contas do Município explica que, à entrada para o segundo ano do segundo mandato consecutivo do executivo municipal de maioria socialista, o Município de Santo Tirso tenha não só capacidade de endividamento, em contraciclo com a realidade financeira da maioria dos municípios portugueses, e esteja mesmo longe de a esgotar.

Aliás, o recurso ao financiamento externo não hipoteca o futuro a curto e médio prazo, uma vez que o Município pretende amortizar em 2019 tanto quanto se vai financiar por via deste empréstimo bancário.

O financiamento externo visa executar **quatro grandes projetos municipais** em matéria de acessibilidades, captação de investimento privado e ambiente:

1. **Requalificação do nó da Ponte de Frádegas**, num investimento de cerca de 1,8 milhões de euros, dois terços dos quais – 1,1 milhões de euros – suportados pelo Município e um terço – 600 mil euros – pelo Estado;
2. **Criação da Via Panorâmica e requalificação da Rua Dr. Oliveira Salazar**, orçadas em 1,1 milhões de euros, 478 mil euros dos quais assumidos pelo Município;
3. **Urbanização da Zona Industrial da Picaria**, na Ermida, adjudicada por cerca de 1,7 milhões de euros, 600 mil euros dos quais da responsabilidade do Município;
4. **Requalificação do Parque Urbano de Geão**, num investimento de 1,8 milhões de euros, 158 mil euros dos quais provenientes do orçamento municipal.

Numa conjuntura ainda restritiva para os Municípios, o recurso ao empréstimo bancário representa duas boas notícias para a população de Santo Tirso:

Primeira | O executivo municipal de maioria socialista está a gerir os recursos públicos de forma responsável e rigorosa, negociando condições financeiras vantajosas junto da banca, ao alcance de poucos Municípios no País;

Segunda | O executivo municipal de maioria socialista está apostado em manter os investimentos de proximidade, sustentáveis e inteligentes apresentados à população de Santo Tirso no ciclo autárquico que se iniciou a partir de 2013.

Pelo exposto, os vereadores do PS votam favoravelmente a proposta de contratação de empréstimo de médio/longo prazo até ao montante de 2,3 milhões de euros.

Santo Tirso, 2 de novembro de 2018



A
S

**4. 1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRANSPORTES ESCOLARES –
APROVAÇÃO.** -----

Presente informação de vinte e cinco de outubro findo, da Divisão de Educação, registada com o número doze mil e oitenta e sete, a comunicar, na sequência da deliberação da câmara municipal de três de maio último (item cinco da respetiva ata), o resultado da discussão pública relativa ao projeto de 1ª alteração do Regulamento Municipal de Transportes Escolares, do qual se junta cópia à presente ata e dela ficar a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma. -----

Conforme consta da referida informação, no período de discussão pública não foram apresentadas quaisquer reclamações/sugestões relativas à alteração em causa. -----

Quem presidiu a esta reunião, propôs que a câmara municipal, de harmonia com a sua competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse propor à assembleia municipal a aprovação da 1ª alteração ao Regulamento Municipal acima referido. -----

Anexa-se ainda à presente ata a republicação do Regulamento de Transportes Escolares, com a redação resultante das alterações propostas, o que constitui o anexo IV da mesma. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



5. PROJETO DE 1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. -----

Presente informação da Divisão de Ação Social, de oito de junho último, registada com o número seis mil quatrocentos e nove, a remeter, na sequência da deliberação da câmara municipal de dezanove de abril último (item onze da respetiva ata), o projeto de alteração ao Regulamento Municipal acima referido, propondo-se a alteração da Nota Justificativa do Regulamento, a alteração dos artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 8º, 11º, 13º e 16º e a alteração das Tabelas A e D anexas ao mesmo Regulamento, tudo conforme consta do documento que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes seis folhas. -----

Quem presidiu a esta reunião, propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no artigo 99º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse aprovar o projeto de 1ª alteração ao Regulamento do Subsídio ao Arrendamento e submeter o mesmo a consulta pública, pelo prazo de trinta dias, a contar da respetiva publicação na Internet, no sítio institucional do município, procedendo-se às demais publicações legalmente previstas, nos termos que constam do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



PROJETO DA 1.^a ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO

I – Alteração do Regulamento

É alterada a Nota justificativa e os artigos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 8.º, 11.º, 13.º e 16.º do referido Regulamento, os quais passam a ter a seguinte redação:

“NOTA JUSTIFICATIVA

No Âmbito das atribuições e competências das autarquias locais, previstas no Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece nas alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º, a intervenção do município no âmbito da ação social e da habitação, e prevê a sua participação em programas do domínio do combate à pobreza e à exclusão social, torna-se cada vez mais imprescindível apoiar o acesso dos estratos sociais mais desfavorecidos ao mercado particular do arrendamento, constituindo uma alternativa à habitação social do concelho, com vista à progressiva inserção social e melhoria das condições de vida dos munícipes.

A medida de subsídio ao arrendamento da Câmara Municipal encontra-se vigente desde 1997. A sua maturidade permite-nos, pois, concluir que se trata de uma medida habitacional de elevada inclusão social.

A última revisão do regulamento data de fevereiro de 2014, encontrando-se, ao momento desajustada na sua redação face à realidade do mercado privado de arrendamento.

Ancorada no âmbito da sua política de coesão social, a Câmara Municipal, atenta às populações que não conseguem aceder a uma habitação adequada sem sobrecarga excessiva do orçamento familiar, pretende fomentar uma política de apoio às referidas populações, de carácter transitório, assim como apoiar os mais jovens como incentivo de fixação na comunidade com vista a potenciar o aumento da natalidade.

Assim, e por forma a garantir uma progressiva inserção social e melhoria das condições de vida dos munícipes, torna-se imperiosa a continuidade na aposta de um modelo de intervenção municipal no que respeita à habitação de apoio mais abrangente.

O presente regulamento tem por legislação habilitante o disposto no n.º 7 do artigo 112.º e artigo 241.º, ambos da Constituição da República Portuguesa, a alínea g) do

n.º 1 do artigo 25.º conjugada com as alíneas k) e o) do n.º 1 do artigo 33.º Anexo I da Lei 72/2013, de 12 de setembro.

Artigo 2.º

(...)

(...).

a) a c) (...).

d) *Rendimento mensal bruto corrigido (R.M.B.C.)* – valor decorrente da dedução ao Rendimento Mensal Bruto (R.M.B.) de uma quantia igual a 15% do IAS por cada dependente, sendo a dedução acrescida de 15% por cada deficiente que, comprovadamente, possua qualquer forma de incapacidade permanente igual ou superior a 60%;

e) – (...)

f) *Rendimentos* – o valor mensal de todos os ordenados, salários e outras remunerações do trabalho, subordinado ou independente, incluindo diuturnidades, horas extraordinárias e subsídios, ainda o valor de quaisquer pensões, nomeadamente de reforma e aposentação por velhice, invalidez e sobrevivência, e os provenientes de outras fontes de rendimento, com exceção das prestações familiares e complementos por dependência;

g) *Dependente* – elemento do agregado familiar com menos de 25 anos que não tenha rendimentos e se encontre a estudar ou que, mesmo sendo maior, aufera rendimentos iguais ou inferiores à pensão social do regime não contributivo, bem como o elemento com mais 65 anos com iguais rendimentos e que integre um agregado com um ou mais adultos não dependentes;

h) *Deficiente* – pessoa com grau de incapacidade permanente igual ou superior a 60%, devidamente comprovado com atestado médico de incapacidade multiuso;

i) *Jovem* – pessoa ou casal não separado judicialmente de pessoas e bens ou em união de facto, com residência permanente no locado, com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 35 anos, podendo um dos elementos do casal ter idade até 37 anos.



Artigo 3.º

(...)

1 – (...).

a) (...);

b) (...);

c) Possuam um rendimento mensal líquido por elemento do agregado que se enquadre no respetivo limite máximo previsto na Tabela A anexa ao presente regulamento, definido em função do valor do IAS (Indexante dos Apoios Sociais);

d) Residam na área do concelho de Santo Tirso há mais de 3 anos, com exceção dos agregados vítimas de violência doméstica que se encontrem em processo de autonomização da Casa Abrigo do concelho, e dos jovens de acordo com conceito definido no artigo 2.º al. i);

e) a h) (...).

2 – (...)

Artigo 4.º

(...)

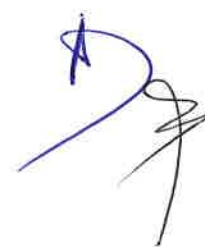
1 – (...).

2 – Os agregados familiares considerados jovens de acordo com o conceito definido na alínea i) do artigo 2.º, beneficiarão de uma comparticipação majorada em 20% sobre o escalão definido no ponto anterior.

3 – (Anterior n.º 2).

4 – Caso a renda mensal dos beneficiários seja superior ao limite máximo fixado na Tabela D do presente Regulamento, apenas será considerado o limite máximo de renda estipulado nessa tabela, para efeito de cálculo do subsídio.

5 – (Anterior n.º 3).



Artigo 5.º

(...)

1 – O subsídio ao arrendamento possui carácter transitório, sendo atribuído pelo prazo de um ano e renovável por iguais e sucessivos períodos até ao limite de 10 anos, enquanto a situação do beneficiário se enquadrar nas condições de acesso previstas no artigo 3.º.

2 – A comparticipação a partir do 7.º ano será reduzida em 25% em cada ano até perfazer os 10 anos.

Artigo 6.º

(...)

1 – (...).

a) Cópia do contrato de arrendamento devidamente carimbado pelo Serviço de Finanças ou modelo 2 do mesmo Serviço;

b) (...)

c) Atestado de residência emitido pela respetiva junta de freguesia onde conste o tempo de permanência no Concelho e composição do agregado familiar;

d) (...);

e) (...);

f) Licença de utilização emitida pela Câmara Municipal ou atestado da Junta de Freguesia, caso a habitação não possua licença de utilização por ser de construção anterior a 1963;

g) (...);

h) (...).

2 – (...).



Artigo 8.º

(...)

1 – Compete ao Presidente da Câmara Municipal com faculdade de delegar no Vereador decidir os pedidos de concessão de subsídio ao arrendamento bem como as suas renovações anuais.

2 – (...).

3 – (Revogado)

Artigo 11.º

(...)

1 – (...).

2 – (...).

3 – (...).

4 – A cessação do subsídio prevista neste artigo é declarada pelo Presidente da Câmara Municipal com faculdade de delegar no Vereador, com notificação do interessado.

5 – (Revogado)

Artigo 13.º

(...)

1 – (Revogado).

2 – (Revogado).

3 – Poderá ainda ser atribuído a título excecional o subsídio ao arrendamento e comparticipação majorada em 20%, a agregados familiares com manifestas carências económicas de carácter pontual, desde que devidamente avaliados pelos serviços de ação social do município.

4 – Compete ao Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de delegar no Vereador, a decisão final.

Artigo 16.º

(...)

1 – (...).

2 – (Revogado).”

II – Alteração das Tabelas A e D

As Tabelas A e D anexas ao Regulamento do Subsídio ao Arrendamento do Município de Santo Tirso passam a ter a seguinte redação:

TABELA A

Elementos do agregado familiar	1	2	3	4	5	6	7	8 ou+
Coeficiente	3,3	2,0	1,6	1,3	1,2	1,1	1	0,9

Limite do rendimento mensal por elemento do agregado familiar em função do IAS

TABELA D

Valor máximo de renda por tipologia

Tipologia	Valor máximo de renda
T1	300,00
T2	350,00
T3	400,00
T4	450,00

III – Entrada em vigor

As presentes alterações entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.



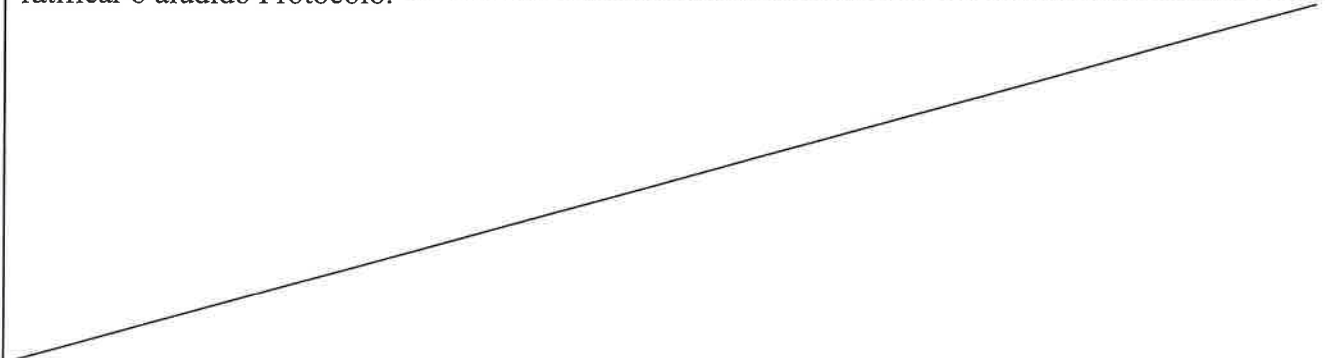
6. PROJETO "CICLISMO VAI À ESCOLA": PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO, OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE SANTO TIRSO E OUTRAS ENTIDADES: RATIFICAÇÃO.-----

Presente informação da Divisão de Educação, de vinte e cinco de outubro findo, registada com o número doze mil cento e vinte e nove, a remeter o Protocolo de Colaboração celebrado no dia oito do mesmo mês de outubro entre o município de Santo Tirso, a Federação Portuguesa de Ciclismo, os Agrupamentos de Escolas Tomaz Pelayo, D. Dinis, D. Afonso Henriques, S. Martinho e Escola da Ponte e a sociedade denominada Próxima Adventure, Lda. o qual tem por objeto estabelecer os termos de colaboração entre as partes para implementação do projeto “O Ciclismo vai à Escola”, no âmbito do Programa Nacional de Ciclismo para Todos (PNCpT).-----

O projeto tem como objetivo fomentar padrões de mobilidade mais seguros e saudáveis, em que os alunos terão acesso a formação para aprender a andar de bicicleta, com tudo o que isso implica: segurança (equipamentos e comportamentos), sinalética e regras de condução, manutenção dos equipamentos. -----

Quem presidiu a esta reunião, propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a decisão de celebração do aludido Protocolo, nos exatos termos em que foi celebrado, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma, rubricado pelo presidente e por quem secretariou a presente reunião. -----

Após discussão e votação nominal, a câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido Protocolo. -----





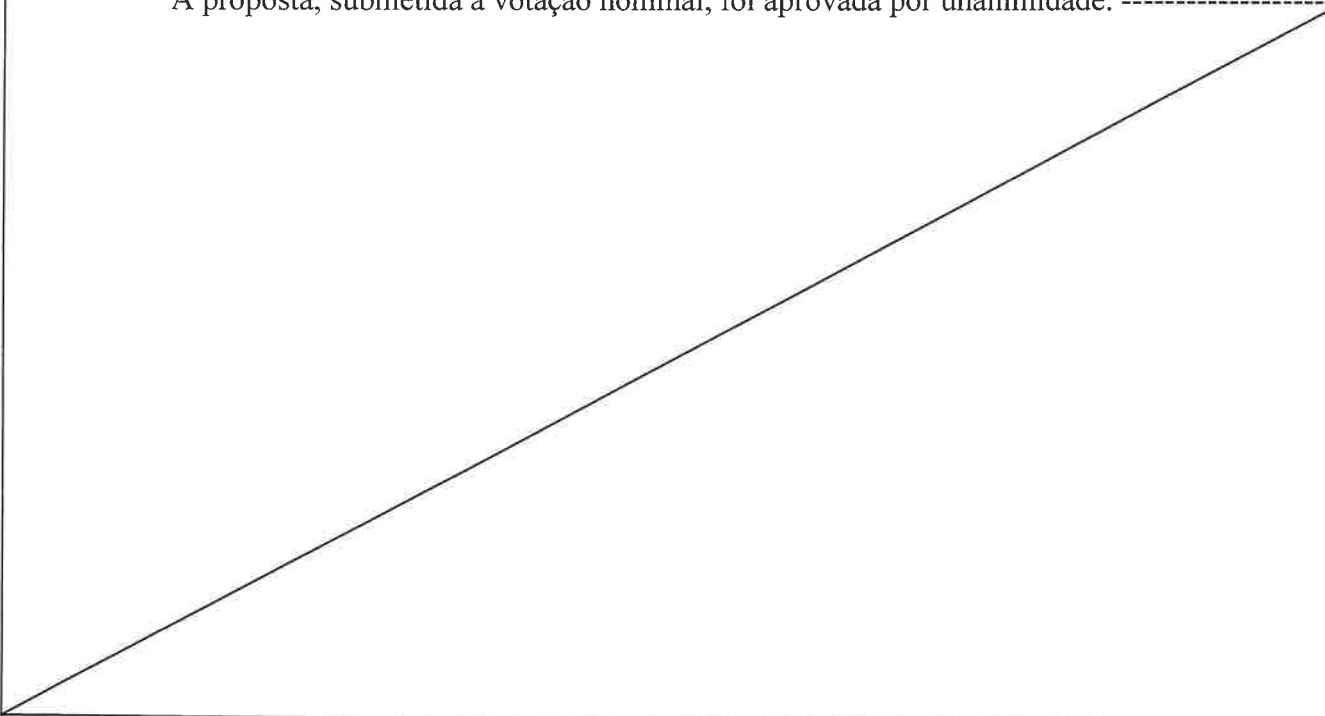
7. RENOVAÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PARA O ANO LETIVO 2018/2019 - APROVAÇÃO DA LISTA PROVISÓRIA DAS CANDIDATURAS.-----

Presente informação da Divisão de Educação, de vinte e cinco de outubro findo, registada com o número doze mil cento e vinte e cinco, a comunicar o resultado da candidatura aberta para a renovação de atribuição de bolsas de estudo para o corrente ano letivo, de acordo com o preceituado no n.º 4 do artigo 10º do respetivo regulamento.-----

Mais informam que da apreciação liminar das respetivas candidaturas, resultou a admissão de dezoito e a exclusão de três candidaturas. -----

Quem presidiu a esta reunião, propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a lista provisória de ordenação das candidaturas admitidas e não admitidas, conforme anexo da aludida informação, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, como anexo VI, constituído por três folhas, rubricado por quem presidiu a esta reunião e por quem secretariou a mesma.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





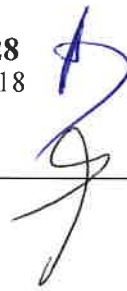
8. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES E DE S. MARTINHO, PARA ASSEGURAR O FORNECIMENTO DE LANCHES E A RESPETIVA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO.-----

Presente informação da Divisão de Educação, de vinte e três de outubro findo, registada com o número onze mil novecentos e cinquenta, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, a propor a renovação para os anos letivos 2018/2019, 2019/2020 e 2020/2021 dos Protocolos que foram celebrados com os Agrupamentos de Escolas acima referidos, para garantir o fornecimento de lanches escolares aos alunos da educação pré-escolar e aos alunos do 1º ciclo do ensino básico que frequentam estabelecimentos de ensino servidos por refeitórios sob a administração direta do Ministério da Educação, nos termos da minuta que foi aprovada por deliberação da câmara municipal de vinte e cinco de janeiro último (item 7 da respetiva ata), e da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma. -----

Quem presidiu a esta reunião, propôs que a câmara municipal deliberasse renovar os Protocolos de Colaboração celebrados com os aludidos Agrupamentos de Escolas, para vigorarem durante os referidos anos letivos. -----

O valor global estimado dos encargos resultantes dos aludidos Protocolos é de 255 813,36€ (duzentos e cinquenta e cinco mil oitocentos e treze euros e trinta e seis cêntimos), sendo 167 647,92€ para o Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, e 88 165,44€ (oitenta e oito mil cento e sessenta e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos) para o Agrupamento de Escolas de S. Martinho do Campo, conforme propostas de cabimento orçamental números 3214/2018 e 3215/2018, ambas de 24 de outubro. -----

Os respetivos encargos serão satisfeitos pela rubrica orçamental com a classificação

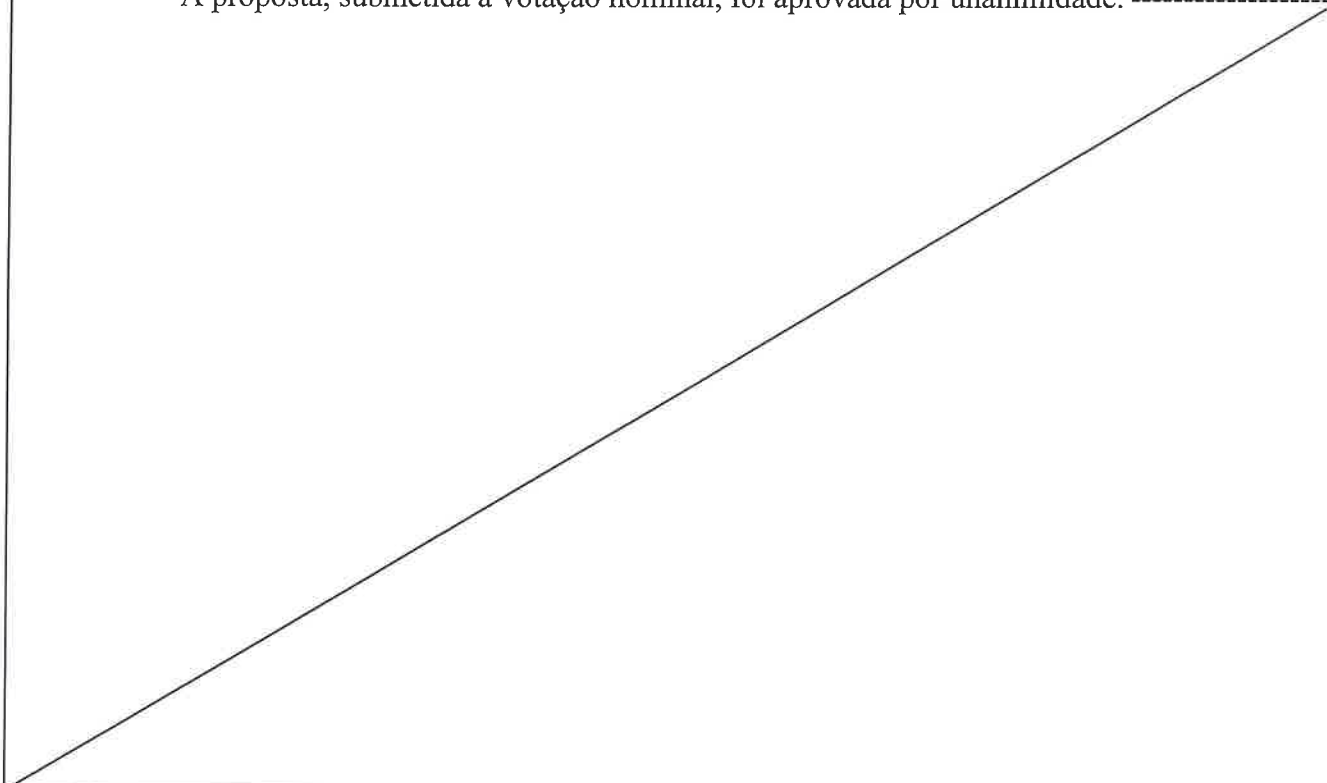


económica 040701, na qual ficou cativa a importância de 31.007,68 € (trinta e um mil e sete euros e sessenta e oito cêntimos), correspondente aos encargos estimados a satisfazer no ano económico em curso, de setembro a dezembro. -----

Da renovação dos aludidos protocolos resultam encargos plurianuais nos anos económicos de 2018, 2019, 2020 e 2021, conforme consta das referidas propostas de cabimento orçamental, sendo que a autorização da assembleia municipal para a assunção de encargos plurianuais foi dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano em curso, de harmonia com o previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 33º das Normas de Execução Orçamental aprovadas com aquele instrumento previsional (a ação conta do PAM com o número 2014/3 – Refeições Escolares). -----

Os compromissos inerentes à presente deliberação, para o ano em curso, ficaram registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com os números 3447/2018 e 3448/2018, ambos de vinte e quatro de outubro findo. -----

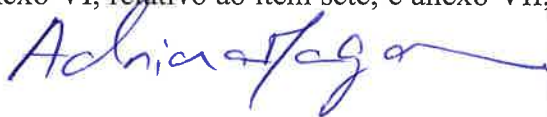
A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



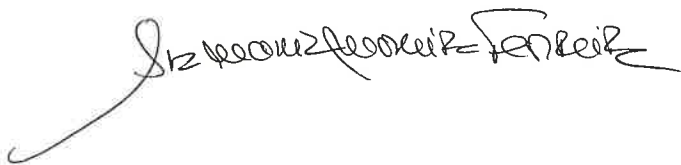
ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Quinze horas e trinta minutos. -----

E para constar se lavrou a presente minuta da ata que tem vinte e nove folhas, e sete documentos anexos (anexo I, relativo ao item dois; anexo II, relativo ao item três; anexos III e IV, relativos ao item quatro; anexo V, relativo ao item seis; anexo VI, relativo ao item sete; e anexo VII, relativo ao item oito) apenas utilizadas no anverso, que eu



trabalhadora designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.



APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 15/11/2018, conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas cinco).-----

A Secretária,

